

João Pinduca Rodrigues



# Cara a cara com o índio

## INSTITUIÇÕES DISCUTEM O FUTURO INDÍGENA

**R**epresentantes do Ministério do Meio Ambiente e das agências financiadoras do Programa Piloto de Proteção das Florestas tropicais do Brasil (PPG-G7) estão reunidos

em Manaus com organizações indígenas para o lançamento do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), num seminário que começou ontem e vai até o dia 10. Juvenal

Curum Your, capitão dos sateré-mawé, e sua esposa, Vitória Piatã (foto), pintaram ontem o rosto para a dança da tucandeira

PÁGINA C5

LANÇAMENTO DO PDPI

# Indígenas discutem alternativas econômicas

Fotos: João Pinduca Rodrigues



DEBATE

Lideranças indígenas se reuniram ontem, enquanto os saterés-maués Luang e Terezinha Souza se preparavam para dançar

Nascido da reivindicação das organizações indígenas junto ao governo brasileiro, o seminário de lançamento do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) reuniu ontem lideranças indígenas, técnicos do Ministério do Meio Ambiente e representantes das agências financiadoras do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-07).

Durante quatro dias as instituições irão planejar e detalhar a execução do PDPI. O evento se estende até o próximo dia 10, na Casa de Retiro Monsenhor Giordano, no São José, Zona Leste. O seminário marca o início da execução do projeto, que tem como objetivo apoiar alternativas econômicas das comunidades indígenas. A fase preparatória do PDPI transcorreu no ano passado quando 16 oficinas foram realizadas em diversas regiões da

## PROJETO SERÁ DETALHADO POR LIDERANÇAS DURANTE SEMINÁRIO QUE TERMINA NA SEXTA

satisfeito com esta primeira experiência de discussão de projetos, onde a visão do índio é respeitada. "É a primeira vez que dão possibilidade de nós, indígenas, discutirmos um projeto, desde sua fase preparatória até a implantação", comentou, acrescentando que este seminário marca uma

Amazônia Legal.

O coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Euclides Pereira, disse estar

mudança significativa de relação de igualdade. "Trata-se de um rompimento da lei brasileira que considerava o índio um ser relativamente incapaz."

O PDPI é visto pela Coiab e demais organizações indígenas como um passo inicial na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável das terras indígenas, que possibilite proteção das terras indígenas contra invasões e depredação ambiental, promovendo melhoria da qualidade de vida das comunidades. O assessor técnico dos Projetos Demonstrativos (PDA), Ricardo Verdum, explicou que até então os projetos eram financiados pelo PDA. Foram gastos mais de US\$ 22 milhões com 188 projetos na Amazônia Legal e Mata Atlântica, sendo US\$ 2 milhões somente com os povos indígenas.

"Mas em 1997 iniciaram as reivindicações para que eles tivessem um projeto deles. Foi apresentada uma proposta de um programa específico e fizemos uma série de estudos". Depois, completa, as lideranças pediram para que o projeto fosse implantado aqui e que os próprios indígenas estivessem na direção. "Depois de uma reunião onde foram consensualizados os critérios do programa, instituímos o PDPI. Foi apresentado o programa para os alemães, que se interessaram e financiaram o projeto."

Os trabalhos estavam na fase de pré-implementação com as 16 oficinas de capacitação dos índios, mapeamento das 357 organizações indígenas, banco de dados e outras ações. "As propostas de projetos começam a ser aceitas em outubro e no início do ano deveremos ter projetos financiados pelo PDPI."

CAPACITADOS

## Gerente crê na força do índio

O gerente do PDPI, Gersem Santos Baniwa, acredita na força indígena para dirigir o projeto. Concluindo a fase preliminar do projeto, que consistiu na capacitação dos índios, ele se diz satisfeito com a flexibilização do governo. "Essa capacitação foi importante no sentido de unir os caminhos. De um lado, nós, indígenas, que precisávamos entender todos os processos, e do outro o governo, que atentou para essa

flexibilização das ações." Para ele, o seminário é o espaço de consensualizar todos os projetos e também um momento festivo; pois agora o projeto começa a existir. "Nós somos os grande responsáveis por esse grande avanço no movimento indígena brasileiro. A nossa perspectiva é que os índios se sintam, de fato, sujeitos de seu desenvolvimento na própria sociedade."

## Outubro marca o início de trabalhos

Funcionando provisoriamente numa sala do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o assessor técnico do PDPI, Fábio Vaz, garantiu que os trabalhos estão começando a partir de outubro com toda a equipe formada. "Só então estaremos prontos para receber projetos de todas as organizações indígenas da Amazônia Legal." Os projetos, explica, devem

seguir três linhas temáticas: a de monitoramento das terras, com vigilância e recuperação de áreas degradadas; atividades econômicas sustentáveis, ou seja, projetos de geração de renda, visando a melhoria da qualidade de vida, tendo em vista a preservação ambiental; e a área de resgate e valorização cultural. "É a manutenção e reavivação da cultura não só ideológica, mas também de culturas agrícolas."